

## PETIÇÃO 9.976 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**REQTE.(S)** : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ECONOMISTAS PELA  
DEMOCRACIA - ABED E OUTRO(A/S)  
**ADV.(A/S)** : ELOISA MACHADO DE ALMEIDA  
**REQDO.(A/S)** : PAULO ROBERTO NUNES GUEDES  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

### DECISÃO:

Cuida-se de “notícia-crime” proposta pelas Associações em epígrafe, em face de Sua Excelência, o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, pela alegada prática de crime de responsabilidade, pelos seguintes fatos, in litteris:

“O ministro Paulo Guedes assumiu o Ministério da Economia em 1º de janeiro de 2019; foi o primeiro ministro a ser nomeado e participa do governo do Presidente Jair Bolsonaro desde então. Possui, em razão de reformas ministeriais, amplíssimas competências<sup>1</sup>, sendo chamado pelo Presidente Bolsonaro, em diversas ocasiões, como o “Guru da Economia”.

O ministro Paulo Guedes está, neste momento, no centro de um escândalo que revelou a existência de empresa off-shore de sua propriedade em paraíso fiscal, no âmbito da investigação jornalística denominada Pandora papers, do International Consortium of Investigative Journalists - ICIJ. A propriedade de empresa off-shore pelo Ministro da Economia apresenta fortes indícios de conflito de interesse, na medida em que medidas adotadas pessoalmente pelo ministro Paulo Guedes refletiriam não só no câmbio, mas também em políticas de tributação que trariam impacto direto em seu patrimônio. Por esta razão, o Ministério Público o representou junto ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> para que “decida pela adoção das medidas adequadas e necessárias a apurar irregularidades”. O Ministro foi convocado a dar explicações à Câmara dos Deputados<sup>3</sup> e, também, representado por prática de crimes comuns a este e. Supremo Tribunal Federal<sup>4</sup>. Há

condutas ainda mais graves – com impacto social devastador – que merecem a devida atenção deste tribunal. Esta petição discorre sobre ações e omissões do ministro Paulo Guedes à frente do Ministério da Economia perpetradas para promover a deliberada propagação da pandemia de Covid-19, aderindo à criminosa estratégia federal de “imunidade de rebanho”.

A pandemia aprofundou as desigualdades sociais, raciais, de gênero e regionais, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, contingente que, em março deste ano, aumentou em 784 mil pessoas. Destaca-se, ainda, que o número de pessoas na extrema pobreza já havia aumentado entre 2019 e 2020, portanto antes da pandemia, em 3,0%. Isto é, entre o início de 2019 e o início de 2021, quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0%.

Ao obstar, atrasar e suspender o pagamento de auxílio emergencial, o ministro Paulo Guedes foi diretamente responsável por jogar 2 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza e 19 milhões no mapa da fome<sup>6</sup>, a gigantesca maioria constituída por pessoas negras, números estrondosos que refletem o acréscimo de pessoas na extrema pobreza e com fome no ano de 2020 e 2021.

Os atrasos, óbices e suspensão do auxílio emergencial se coadunam com uma política pensada para implementar, no âmbito e a partir do Ministério da Economia, a tese da imunidade de rebanho, ou seja, de propagação da contaminação entre os cidadãos brasileiros.

**Dificultar o acesso de brasileiras e brasileiros a uma renda mínima foi uma estratégia deliberada para impedir e desestimular as medidas de isolamento social, violando patentemente os direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição – o que é tipificado como crime de responsabilidade pelo artigo 85, III da Constituição Federal e**

**artigo 7.9 da Lei 1079/50.**

Em igual sentido é a avaliação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relacionada ao Programa Bolsa Família: (...)”

Prosseguem os requerentes apresentando sequência de fatos que, em sua ótica, comprovariam as imputações.

Brevemente relatados os autos, decido.

Primeiramente, cabe salientar que a Procuradoria-Geral da República, detém, privativamente, a atribuição de promover a ação penal pública (art. 129, CF) em face dos alegados crimes praticados por autoridades com foro por prerrogativa de função, caso de Ministros de Estado.

Ademais, na esteira da firme orientação deste Supremo Tribunal Federal, o cidadão ou quem as represente (caso das associações), nessa condição, é “parte ilegítima para a formulação de pedido para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada” perante esta Corte.

A propósito dessa asserção e por todos (com grifos acrescidos):

‘AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO EM FACE DE DETENTOR DE PRERROGATIVA DE FORO. ILEGITIMIDADE ATIVA DO REQUERENTE. LEGITIMIDADE EXCLUSIVA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA . JURISPRUDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Qualquer pessoa que, na condição exclusiva de cidadão, apresente ‘notitia criminis’, diretamente a este Tribunal, em face de detentor de prerrogativa de foro, é parte manifestamente ilegítima para a formulação de pedido para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada (INQ nº 149/DF, Rel. Min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27.10.1983; INQ-AgR nº 1.793/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, maioria, DJ 14.6.2002; PET-AgR-ED nº 1.104/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ 23.5.2003; PET nº 1.954/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, maioria, DJ 1º.8.2003; PET-AgR nº 2.805/DF, Rel. Min. Nelson

Jobim, Pleno, maioria, DJ 27.2.2004; PET nº 3.248/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 23.11.2004; INQ nº 2.285/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13.3.2006; PET-AgR nº 2.998/MG, 2ª Turma, unânime, DJ 6.11.2006; Pet. 3825-QO, Tribunal Pleno, Rel. para Acórdão Ministro Gilmar Mendes, j. 10/10/2007).

**2. Cabe exclusivamente ao Procurador-Geral da República o pedido de abertura de inquérito em face de autoridades titulares de foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal, como corolário da titularidade exclusiva da ação penal pública (art. 129, I, da CF/88).**

3. (a) 'In casu', trata-se de pedido de instauração de inquérito, formulado por cidadão, em face de Senador da República, atribuindo-lhe a prática crime de denúncia caluniosa, por ter se manifestado favoravelmente ao impeachment da ex-Presidente da República. (b) É manifesta a ilegitimidade ativa do Agravante para requerer instauração de inquérito fundada em fatos divulgados nos meios de comunicação e de conhecimento do titular da ação penal, inexistindo situação configuradora da ação penal privada subsidiária da pública.

4. Agravamento Regimental desprovido.' (Pet 6266 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 23/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-168 DIVULG 31-07-2017 PUBLIC 01-08-2017)

Em igual sentido e mais recentemente, veja-se ainda a Petição 8825/AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 06.7.2020.

Em hipóteses como a presente, portanto, em respeito ao sistema acusatório, não há como o Judiciário substituir a atividade ministerial exercendo juízo valorativo sobre fatos alegadamente criminosos, atribuição exclusiva do *Parquet*, tampouco cabe ao Judiciário que "*solicite a abertura de investigação*" como constou na inicial. O requerente pode apresentar a notícia crime diretamente à Procuradoria-Geral da

**PET 9976 / DF**

República, não cabendo ao Judiciário imiscuir-se na atuação daquele órgão ou substituir o cidadão nesse encaminhamento.

Consideradas essas premissas, não há qualquer providência a ser adotada na seara judicial, na linha da compreensão plenária firmada por ocasião do julgamento da Petição nº 8806 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 27.10.2020:

“NOTITIA CRIMINIS” – SUPOSTA PRÁTICA DE DELITO PERSEGUÍVEL MEDIANTE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA – MONOPÓLIO CONSTITUCIONAL OUTORGADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO (CF, ART. 129, I) – FORMAÇÃO DA “OPINIO DELICTI” NAS AÇÕES PENAS PÚBLICAS: JUÍZO PRIVATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – IMPOSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, EM FACE DE PROVOCAÇÃO DE TERCEIROS NOTICIANTES, PARA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO, PARA O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA E/OU PARA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS, SEM O PRÉVIO REQUERIMENTO E INICIATIVA DO “PARQUET” – NECESSIDADE, PARA TANTO, DE PROVOCAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PRECEDENTES – MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (Pet 8806 AgR, Rel. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-258 26.10.2020)

Ante o exposto, não restando nada a prover, **julgo extinto o feito**, nos termos do artigo 21, IX e § 1º do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2021.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

## PETIÇÃO 9.966 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**REQTE.(S)** : RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES ALVES  
**ADV.(A/S)** : RUBEN BEMERGUY  
**REQDO.(A/S)** : PAULO ROBERTO NUNES GUEDES  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**REQDO.(A/S)** : ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

### DECISÃO:

Cuida-se de “notícia-crime” proposta por Sua Excelência, o Senador da República, Randolph Frederich Rodrigues Alves, em face de Suas Excelências, o Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, e do Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto.

O requerente propõe a presente “noticia crime” para que *“este Egrégio Tribunal solicite à Procuradoria-Geral da República o pedido de abertura de investigação preliminar, conseqüente instauração de inquérito e eventual posterior denúncia com vistas à persecução penal ou demais procedimentos cabíveis”* em apertada síntese, em face da notícia de que os requeridos *“têm empresas em paraísos fiscais e mantiveram os empreendimentos depois de terem entrado para o governo do Presidente Jair Bolsonaro, no início de 2019”*. A partir daí, passa a tecer considerações sobre essa situação, caso verdadeira, a necessidade de investigá-la e os possíveis ilícitos daí decorrentes (eDoc. 1).

#### Brevemente relatados os autos, decido.

Primeiramente, cabe salientar que a Procuradoria-Geral da República, detém, privativamente, a atribuição de promover a ação penal pública (art. 129, CF) em face dos alegados crimes praticados por autoridades com foro por prerrogativa de função, caso de Ministros de Estado.

Ademais, na esteira da firme orientação deste Supremo Tribunal Federal, ainda que o noticiante se trate de Senador da República, ostenta, nessa condição, a mesma de qualquer cidadão, sendo “parte ilegítima

para a formulação de pedido para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada” perante esta Corte. Cito, a título exemplificativo e por todos: Inquérito 149, Rel. Min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27.10.1983; Petição 1.104/AgR-ED, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ 23.5.2003; Petição 1.954/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, DJ 1º.8.2003; Petição 2.805/AgR, Rel. Min. Nelson Jobim, Pleno, DJ 27.2.2004; e Petição 2.998/AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 6.11.2006.

Ainda a propósito e por todos (com grifos acrescidos):

‘AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO EM FACE DE DETENTOR DE PRERROGATIVA DE FORO. ILEGITIMIDADE ATIVA DO REQUERENTE. LEGITIMIDADE EXCLUSIVA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA . JURISPRUDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Qualquer pessoa que, na condição exclusiva de cidadão, apresente ‘notitia criminis’, diretamente a este Tribunal, em face de detentor de prerrogativa de foro, é parte manifestamente ilegítima para a formulação de pedido para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada (INQ nº 149/DF, Rel. Min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27.10.1983; INQ-AgR nº 1.793/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, maioria, DJ 14.6.2002; PET-AgR-ED nº 1.104/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ 23.5.2003; PET nº 1.954/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, maioria, DJ 1º.8.2003; PET-AgR nº 2.805/DF, Rel. Min. Nelson Jobim, Pleno, maioria, DJ 27.2.2004; PET nº 3.248/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 23.11.2004; INQ nº 2.285/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13.3.2006; PET-AgR nº 2.998/MG, 2ª Turma, unânime, DJ 6.11.2006; Pet. 3825-QO, Tribunal Pleno, Rel. para Acórdão Ministro Gilmar Mendes, j. 10/10/2007).

**2. Cabe exclusivamente ao Procurador-Geral da República o pedido de abertura de inquérito em face de autoridades titulares de foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal, como corolário da titularidade exclusiva da ação penal pública (art. 129, I, da**

CF/88).

3. (a) 'In casu', trata-se de pedido de instauração de inquérito, formulado por cidadão, em face de Senador da República, atribuindo-lhe a prática crime de denúncia caluniosa, por ter se manifestado favoravelmente ao impeachment da ex-Presidente da República. (b) É manifesta a ilegitimidade ativa do Agravante para requerer instauração de inquérito fundada em fatos divulgados nos meios de comunicação e de conhecimento do titular da ação penal, inexistindo situação configuradora da ação penal privada subsidiária da pública.

4. Agravamento Regimental desprovido.' (Pet 6266 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 23/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-168 DIVULG 31-07-2017 PUBLIC 01-08-2017)

Em igual sentido e mais recentemente, veja-se a Petição 8825/AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 06.7.2020.

Em hipóteses como a presente, portanto, em respeito ao sistema acusatório, não há como o Judiciário substituir a atividade ministerial exercendo juízo valorativo sobre fatos alegadamente criminosos, atribuição exclusiva do *Parquet*, tampouco cabe ao Judiciário que "*solicite a abertura de investigação*" como constou na inicial. O requerente pode apresentar a notícia crime diretamente à Procuradoria-Geral da República, não cabendo ao Judiciário imiscuir-se na atuação daquele órgão ou substituir o cidadão nesse encaminhamento.

Consideradas essas premissas, não há qualquer providência a ser adotada na seara judicial, na linha da compreensão plenária firmada por ocasião do julgamento da Petição nº 8806 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 27.10.2020:

“NOTITIA CRIMINIS” – SUPOSTA PRÁTICA DE DELITO PERSEGUÍVEL MEDIANTE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA – MONOPÓLIO CONSTITUCIONAL OUTORGADO AO MINISTÉRIO PÚBLICO (CF, ART. 129, I) –



FORMAÇÃO DA “OPINIO DELICTI” NAS AÇÕES PENAS PÚBLICAS: JUÍZO PRIVATIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – IMPOSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, EM FACE DE PROVOCAÇÃO DE TERCEIROS NOTICIANES, PARA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO, PARA O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA E/OU PARA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS, SEM O PRÉVIO REQUERIMENTO E INICIATIVA DO “PARQUET” – NECESSIDADE, PARA TANTO, DE PROVOCAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PRECEDENTES – MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (Pet 8806 AgR, Rel. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-258 26.10.2020)

Ante o exposto, não restando nada a prover, **julgo extinto o feito**, nos termos do artigo 21, IX e § 1º do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2021.

**Ministro DIAS TOFFOLI**

Relator

*Documento assinado digitalmente*